

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 11



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 11. / Filipe Lins dos Santos.
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2024.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-103-6

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.
Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Capítulo 21

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE
GÊNERO: REFLEXÕES À LUZ DA SOCIEDADE

BRASILEIRA



CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE GÊNERO: REFLEXÕES À LUZ DA SOCIEDADE BRASILEIRA

SOCIAL CONSTRUCTION OF GENDER INEQUALITY: REFLECTIONS IN LIGHT OF BRAZILIAN SOCIETY

Maria de Lara Moutta Calado de Oliveira¹

Walfrido Nunes de Menezes²

Resumo: O trabalho "Construção Social da Desigualdade de Gênero: Reflexões à Luz da Sociedade Brasileira" analisa como as desigualdades de gênero são moldadas por fatores sociais, culturais e econômicos no Brasil. Os autores discutem a persistência de discriminações entre homens e mulheres, mesmo com avanços em algumas áreas. Destacam a importância de políticas públicas que abordem essas disparidades e o papel do empoderamento feminino na busca por igualdade. O texto também ressalta que as mudanças sociais não alcançam igualmente todas as classes, especialmente as mulheres das classes populares.

Palavras-chave: desigualdade de gênero, empoderamento feminino, políticas públicas, cultura,

1 Estudante de Psicologia da Uninassau Boa Viagem, Engenheira Mecânica, Doutora em Administração, Mestre em Engenharia da Produção, Especialista em Psicopedagogia Institucional, MBA em Educação Híbrida, Metodologias Ativas e Gestão da Aprendizagem, MBA em Docência e Metodologia para o Ensino Superior, MBA em Gestão de Projetos e MBA em gerenciamento da cadeia de suprimentos. Professora da UNINASSAU, UPE, IPOG e ENAP. Servidora Pública Federal da carreira de Analista de Infraestrutura. Atualmente atua como Coordenadora de Projetos Navais do Ministério de Portos e Aeroportos.

2 Professor e Psicólogo pela FACHO, Mestre e Doutor em Serviço Social na UFPE, Professor de Psicologia e Supervisor de Estágio da Uninassau - Boa Viagem. Ex-presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa e ex-participante do Conselho de Ética da UPE.

Brasil.

Abstract: The paper "Social Construction of Gender Inequality: Reflections in Light of Brazilian Society" analyzes how gender inequalities are shaped by social, cultural and economic factors in Brazil. The authors discuss the persistence of discrimination between men and women, despite advances in some areas. They highlight the importance of public policies that address these disparities and the role of female empowerment in the search for equality. The text also emphasizes that social changes do not reach all classes equally, especially women from the working classes.

Keywords: gender inequality, female empowerment, public policies, culture, Brazil.

INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorrem nos últimos séculos, e na contemporaneidade, não foram capazes de romper, em sua totalidade, com discriminações entre o masculino e o feminino, pois isso ainda varia de cultura para cultura, no ocidente e oriente, e não poderia ser diferente no Brasil.

Aqui nos estruturamos, em duas culturas bastante diferenciadas, ou seja, vivemos inserido em uma cultura masculina que se diferencia da cultura feminina. Homens e mulheres, mesmo com significativas proximidades nos últimos anos, estão ainda impregnados por processos internalizados.

São processos socialmente construídos, gradativamente acumulados desde a mais tenra infância, que se aprofundam na adolescência e juventude, e se perpetuam ao longo da vida, mesmo quando ocorrem significativas mudanças na sociedade, na família, na escola e promovidas pelos movimentos feministas e as mulheres em geral.

Percebe-se que hoje as mulheres já sabem e entendem que passam por exclusões e discriminações. Mas, os aspectos internalizados ao longo da história, fazem parte de um intrincado processo psicossocial e cultural, que na vida cotidiana, ainda apresenta ranços e vivências com

múltiplas exclusões, discriminações, segregações e atitudes em muitas ocasiões de hostilidade, entre o masculino e o feminino.

São estruturas, apontadas por vários autores, a exemplo de Meluci (1977), que já destacou em pleno século XXI (2001) ao nos chamar a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, as estruturas de subordinação direcionadas e assimiladas penetram na memória das sociedades humanas (tanto dos homens, como nas mulheres, grifo nosso), leva-os a serem assumidas como naturais. Uma vez assimiladas, implantadas na consciência e no inconsciente, fica complexo um rompimento. Mesmo quando as discriminações são reconhecidas pelos outros e surgem propostas de mudanças, o processo já está assimilado e incorporado no cotidiano dos seres humanos, promovendo o conhecimento e entendido, mas sua passagem para o rompimento é sempre árduo, difícil e lento.

Ainda nessa mesma sequência, do século XXI, as mulheres, no Brasil, apesar de terem hoje maior tempo de permanência na escola do que os homens, como apontado por Rosemberg (2001) e pelo estudo do INEP/MEC (2005), ainda não concretizaram na prática ações igualitárias, respeitadas e longe da dominação do masculino.

Embora com a maior escolarização, maior participação social e presença das mulheres no mercado de trabalho, as estruturas patriarcais ainda não foram rompidas totalmente, permanecendo fortes elementos discriminatórios e/ou de exclusões econômicas e simbólicas sobre elas.

Saffioti (2004) reforça a concepção da exclusão simbólica, tendo em vista a discriminação imposta às mulheres por um modelo patriarcal e burguês que tem no homem o centro das decisões, e no qual a mulher está ausente das instâncias de poder da sociedade, a qual tem sido, ao longo dos séculos, gerida pelo mundo masculino, que escreve as leis, as diretrizes, estabelece os valores.

Voltando ao contexto da educação, constatamos, que ao longo da história, a educação tem sido um elemento básico não só para a aquisição do conhecimento, mas também para a expansão e a luta pelos demais direitos, pela autonomia e pela valorização de si mesmo. Sendo a escola, portanto, lugar de informação e de formação de cidadania. Ainda não se percebe rompimentos desses antigos conceitos, ainda percebemos discriminações contra as mulheres e a sua exclusão do processo escolar

de participação enquanto cidadãs.

Os modelos educacionais precisam, conforme proposta da UNESCO, não apenas seguir os quatro pilares fundamentais da educação: aprender a conhecer (compreensão), aprender a fazer (ação), aprender a viver juntos (cooperação), e aprender a ser (integração), mas é gritante a necessidade de sua implementação (Delors, 2012).

Em 2013, a Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) organizou o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI), constituído por indicadores quantitativos e qualitativos que refletem o esforço de sistematização de informações destinadas à produção nacional e à harmonização internacional de estatísticas de países e regiões, relativamente à igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas (IBGE, 2024)

Com a divulgação da terceira edição deste informativo, o IBGE traz a público os resultados de grande parte dos indicadores quantitativos elaborados sobre o tema para o Brasil, contribuindo, assim, para a produção de estatísticas de gênero sistematizadas para o País. As informações estão organizadas segundo cinco domínios – Empoderamento econômico; Educação; Saúde e serviços relacionados; Vida pública e tomada de decisão; e Direitos humanos das mulheres e meninas – e fornecem um panorama das desigualdades de gênero no País, com valiosos elementos para reflexão de estudiosos e formuladores de políticas públicas. Os dados ratificam o processo desigualdade de gênero no Brasil, apresentando dados alarmantes da situação nacional.

As mulheres trabalham mais, ganham menos e são minorias na docência superior, na política, em cargos gerenciais e na polícia civil, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 01 - Estatística de Gênero

Critério	Mulheres
Cuidados e/ou afazeres domésticos	100% a mais que os homens
Trabalham em tempo parcial	29,6%
Rendimento	23,2% a menos
Docência superior	46,8%
Na graduação de Computação e TIC	13,3%
Política	14,8% Deputados 16% Vereadores 7,1% Ministros
Polícias Cíveis em 2019	27,6%
Cargos gerenciais em 2019	37,4%
homicídios em domicílio	30,4%
Municípios com delegacias especializadas para atender mulheres	7,5%

Fonte: dados IBGE (2022)

Corroborando com esta visão, Bourdieu (1989)³ aponta que este processo se dá através de instâncias de poder do Estado e da cultura androcêntrica. Poder esse que, ao refletir-se em todos os âmbitos da sociedade, gera desigualdades, na maioria das vezes difíceis de serem modificadas, uma vez que o machismo não se organiza unicamente em torno do homem, mas faz parte também do discurso e prática de muitas mulheres – ele raramente é questionado por muitas delas, o que será visto no decorrer do presente trabalho.

Percebemos em nossos estudos e pesquisas, que tais processos enraizados, internalizados, processados e vivenciados pela maioria das mulheres ao longo dos anos, tais aspectos se mantêm, mesmo diante de novas atitudes e mudanças de comportamento resultantes das pressões dos

3 Chamamos a atenção de que alguns conceitos e autores foram retirados da Tese de Doutorado de Walfrido Menezes, sobre MULHERES (IN)VISÍVEIS: UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL ACERCA DA CIDADANIA FEMININA.

movimentos sociais e feministas, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, no Brasil, as mudanças ainda passam por muitas situações para serem concretizadas na prática

De acordo com Saffioti (2004), apesar dos movimentos feministas e do declínio da cultura patriarcal/androcêntrica ocorridos nos últimos anos, ainda prevalece em geral o domínio masculino no estabelecimento das leis e dos direitos, em função da pequena participação das mulheres nas instâncias decisórias, isto é, na elaboração de políticas públicas no contexto de gênero. A título de exemplo, basta direcionar o olhar para o Congresso Nacional, instância maior na elaboração das políticas públicas e demais diretrizes legais do país, a presença feminina, bem que tenha sido ampliada nos últimos, mas quando comparado com o universo masculino ali presente, a participação feminina é praticamente invisível.

Mediante o exposto, encontramos em Berger, e Luckmann (1976) que a realidade da qual temos consciência, o conhecimento que temos dela, é um produto da sociedade que é construída pelo próprio homem (mulheres). Assim ao mesmo tempo que o homem (mulher) constrói e molda a sociedade é por ela influenciado, é por ela moldada.

Quando o indivíduo nasce ele entra na sociedade através da socialização primária que permite os primeiros processos de interiorização do meio externo através da própria família. Neste momento existe muita identificação e uma forte carga emocional, sendo esta etapa influenciada pelas idiossincrasias da família e do próprio filho, da sociedade e escola, o que cria os mecanismos subjetivos de crenças limitantes não questionáveis de uma cultura patriarcal que vai sendo continuada.

Quando as crenças se cristalizam nas pessoas, temos a conclusão do processo de socialização, porém sempre existirá um processo simétrico e ou assimétrico da realidade objetiva com a realidade subjetiva sendo, portanto, um processo dinâmico e continuamente questionável.

Contudo, não são meros processos conscientes, na maioria das vezes se encontram a nível do inconsciente na perspectiva freudiana, e no inconsciente pessoal e coletivo, na perspectiva junguiana. Mas afinal como se justifica a perpetuação das desigualdades de gênero?

Este artigo teve por objetivo trazer reflexões acerca do entendimento das desigualdades de

gênero, contribuindo para romper os mecanismos subjetivos de crenças limitantes de uma cultura patriarcal de dominância de gênero.

As discussões estão estruturadas já apontadas na introdução, bem como, na estrutura de gênero, na construção social da realidade e nas perspectivas futuras. Longe de ser exaustivo e numa perspectiva multifacetada, traz esclarecimentos acerca da construção social da desigualdade de gênero na sociedade patriarcal brasileira.

ESTRUTURAS DE GÊNERO

O conceito de papéis de gênero refere-se ao conjunto de expectativas sociais sobre os comportamentos ‘adequados’ e ‘claramente’ distintos que a pessoa deverá manifestar, conforme o sexo a que pertence, com o recorte no masculino e no feminino.

Os gêneros ao longo da história, sempre foram pautados por relações que implicam uma constante desigualdade, múltiplas exclusões e segmentação e distorções não no contexto biológico, mas no contexto psicossocial e cultural entre o feminino e o masculino. Embora essas relações tenham passado por mudanças significativas a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI, com o avanço dos movimentos feministas, estas ainda não contemplam a totalidade do universo feminino.

Mas, como falamos de um longo processo de internalizações, podemos perceber, que no Brasil estas tem origem, através do modelo social da família patriarcal que foi introduzido no país com a colonização, sendo promovido e reforçado durante todo o período colonial, numa sociedade que tinha como base a monocultura e o latifúndio. No Nordeste, e especificamente em Pernambuco, nas famílias eram organizadas em torno do engenho de açúcar, o patriarca detinha o controle sobre a vida e a morte da família e dos escravos, aspectos esses apontados por Gabriel:

O tipo de colonização instalada no Brasil, que estimulava a monocultura e o latifúndio, favoreceu o aparecimento e a manutenção da família patriarcal. O

senhor de terras e de escravos tinha poderes sobre todos, considerando tudo sua propriedade, inclusive sua família. A esposa, sobretudo, era escrava dele e vivia para realizar-lhe os desejos. (Gabriel, 2004, p.1).

Nesse contexto, cabia à mulher branca o papel de mãe/reprodutora e dona-de-casa, com características voltadas para a docilidade, a passividade, os sentimentos e as emoções, como evidencia a obra *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933). Sua educação se resumia a aprender a fazer bordados e quitutes, para assegurar “um bom casamento” – este nem sequer escolhido por ela. Alguma mudança só se verificou com a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, que passou a estimular a instrução feminina, mas, diga-se de passagem, apenas para saber dançar, tocar piano, escrever e ler o mínimo necessário para poder ter uma boa educação em casa, e não para construir sua autonomia, como um processo de autoconsciência que possibilita aos seres humanos a mobilidade, para que construam, pensem e interfiram no processo social no contexto de seus direitos e deveres.

Assim, a educação da garota – com um enfoque moral-religioso – voltava-se desde cedo para ensinar-lhe a ser uma boa esposa, mãe e dona-de-casa. O processo era tão segregacionista, que a educação feminina ocorria apenas nas residências das famílias abastadas. As mulheres das classes populares não tinham acesso ao conhecimento. Já os homens deviam aprender um ofício; tinham, portanto, um maior nível de instrução, para que pudessem ser os únicos provedores da família. E isso foi tão forte na educação brasileira, que só em 1827 surgiram as escolas elementares para moças, e em 1879 o ensino universitário (Gabriel, 2004).

Assim, desde o início da colonização, a cada etapa histórica, a cada momento, ocorreu a participação feminina nos negócios, nos quilombos, nas revoltas, rebeliões etc., embora em geral não tenha entrado na história oficial dominante. Por exemplo, a partir de 1534, com a viagem de Martim Afonso de Souza às Índias, sua esposa, Ana Pimentel, governou por dez anos a capitania de São Paulo, promovendo significativas mudanças, com a introdução do cultivo da laranja, do arroz, do trigo e a criação de gado na região; no início do século XVII, Aquilino participou da fundação e organização do Quilombo dos Palmares; no primeiro quartel do século XIX, no Nordeste, Bárbara de Alencar e

Ana Lins tomaram parte nas lutas pela independência – a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador (Schumacher; BRASIL, 2000).

No mundo ocidental, em decorrência das transformações desencadeadas pela ruptura do modelo feudal-agrário e pela Revolução Industrial, as mulheres foram conduzidas para o trabalho fora do ambiente doméstico. Ainda que em situações muito precárias, o passo foi dado. Entre avanços e retrocessos, as mulheres começaram a ampliar seus espaços de atuação, e com isto chegou-se ao século XX, onde ocorreram mudanças significativas. As duas guerras mundiais, ao levarem os homens para o campo de batalha, trouxeram as mulheres para o mercado de trabalho mais uma vez.

O “século XIX e a primeira metade do século XX assistiram, com fluxos e refluxos, à luta do movimento de mulheres por igualdade com ênfase nos direitos à educação e ao voto.” (Ávila; Corrêa, 1999, p. 72). Passo a passo dado, chegamos à década de 1960, quando o sistema patriarcal predominante começou a perder forças em consequência dos movimentos de liberação social e feministas, inicialmente nos Estados Unidos, posteriormente na Europa e, por fim, no Brasil, embora as mudanças fossem pequenas e limitadas.

Apesar do reconhecimento da importância da mulher no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) ter sido expressado em 1945, quando foi determinada a igualdade entre homens e mulheres, só na década de 1990 ele alcançou contornos mais nítidos no Brasil. Aqui os movimentos feministas tiveram uma importância fundamental nesse processo, ao iniciarem, na década de 1970, a discussão de temas e “[...] questões relativas à sexualidade e aos direitos reprodutivos; eram não só centrais, mas estruturantes da própria ética feminista.” (Pitanguy, 1999, p. 26).

Os movimentos feministas romperam com os dogmas incutidos historicamente em torno da mulher, e trouxeram para o “[...] cenário político temas ligados à saúde da mulher, reafirmando o direito de opções sobre a vida reprodutiva e sexual como valores centrais da cidadania feminina e reivindicando uma atitude do Estado coerente com estes princípios.” (Pitanguy, 1999, p. 26).

Nesse sentido, Ávila e Corrêa afirmam que a

[...] preocupação original do feminismo contemporâneo foram as próprias

mulheres (nós mesmas) como sujeitos da experiência e agentes de mudança [...] hoje estão definitivamente legitimadas, tanto no plano global quanto entre nós, as noções de saúde reprodutiva, direitos reprodutivos e direitos sexuais. (1999, p. 75).

Não se pode esquecer que avanços não são transformações completas, e é preciso ficar alerta, pois as mudanças que ocorrem em torno de alguns comportamentos culturais não atingem em geral o universo feminino das classes populares, que estão à margem de muitas ações, atitudes, costumes etc., tendo em vista a pobreza, a baixa qualidade da escolaridade – que não promove a autonomia e a emancipação –, o desemprego ou a precarização do trabalho. A autonomia conquistada por muitas mulheres no mundo contemporâneo, infelizmente, na prática, não é vivenciada concretamente pelo conjunto das mulheres das classes populares.

Além disso, segundo Mészáros, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela

[...] igualdade verdadeira que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecendo no ‘macrocosmo’ abrangente da sociedade e igualmente no ‘microcosmo’ da família nuclear. [...] o aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos de quererem ser aceitos como normais, em vez de desqualificados por ‘comportamentos não-conformistas’ (Mészáros, 2002, p. 271).

Passo a passo, efetivas mudanças começaram a acontecer para as mulheres a partir das décadas de 1950 e 1960, quando o mundo passou por grandes transformações, tais como os movimentos hippie e feminista, a descoberta da pílula e, com isso, a separação entre sexualidade e reprodução, a luta pelo prazer e desejo, pela liberdade, pela cidadania com respeito aos direitos humanos.

Tais estruturas também organizaram-se em torno do sistema econômico, apoiando-se na ideia de propriedade privada, bem como na continuidade da herança, portanto, no patriarcado. Os

homens, historicamente, se apropriaram do poder, que lhes concedia o pleno e total direito sobre a mulher e a prole.

E, assim, as meninas e os meninos, desde a mais tenra idade, vão incorporando os procedimentos e realizando as interpretações dos papéis sociais de gênero que cada um deve desempenhar em seu meio – já pré-estabelecidos nos seus contextos de vida e apreendidos e internalizados na educação familiar, bem como ampliados e reforçados no processo de socialização e de educação escolar.

Mas, em decorrência, das pequenas conquistas que foram alterando e mudando a realidade masculina, com a quebra do pátrio poder e das estruturas patriarcais, embora não o almejado; e no campo feminina, com a entrada cada vez maior de mulheres na universidade e no mercado de trabalho, as transformações foram ocorrendo.

Portando, é no bojo dessas relações sociais que se vai construindo a identidade de gênero, tanto das mulheres e dos homens. Ela começa no nascimento e vai se estruturando na infância, adolescência e idade adulta, no trato das relações sociais, familiares e na educação escolar.

Assim, a percepção de gênero mesmo diante de tais transformações e mudanças, embora ainda sejam reproduzida em muitos contextos, inserida em um modelo social, que ainda insiste na submissão da mulher diante do homem, reflexo de um longo, permanente e exaustivo processo de opressões e condicionamentos sociais.

Para Bourdieu (1999), tal processo surge em função de uma visão “interacionista” ou mecanismo de vocação/cooptação psicossociológica, que ignora as condições sociais de produção e ajusta os agentes ao seu posto ou às suas atitudes.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (BOURDIEU, 1999, p. 22).

Assim, percebemos e entendemos que o sistema patriarcal, o machista, o androcêntrico e o

sexismo, que não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres” (Saffioti, 2004, p. 35). O poder é também simbólico, reflete-se em todos os âmbitos da sociedade, gerando desigualdades na maioria das vezes difíceis de serem modificadas, por está internalizado desde a infância nas pessoas

.Dessa forma, o machismo não se organiza unicamente em torno do homem, mas faz parte também do discurso de muitas mulheres, sendo complexo seu rompimento, por conta do processo pessoal da identidade/subjetividade, mas na atualidade percebemos já as mudanças que estão ocorrendo..

Portanto, balizado pelo patriarcado, fortalecido pela religião e pelo Estado, ao longo dos anos, apesar de já está apresentando mudanças, o processo androcêntrico e capitalista perpetuou e continua perpetuando atitudes e posturas sexistas, que restringem tanto as mulheres como os homens. Portanto, a identidade de gênero da mulher e do homem incorpora os comportamentos que foram e são traçados ao longo da história e reforçados pela educação familiar, escolar e social, definindo e estruturando os papéis sociais em que cada um dos sexos deverá agir, interagir e expressar sua feminilidade e masculinidade no mundo, embora hoje já com alterações.

No Brasil, percebemos que direitos equilibrados são frágeis, mesmo diante de tantas mudanças, o que dificulta e precariza o desenvolvimento da cidadania por parte das mulheres, embora a Constituição Brasileira de 1988 assegure, dentro “dos direitos e garantias fundamentais” (título II), que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (art. 5º), e que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]” (art. 5º - I). Esse processo tem raízes históricas.

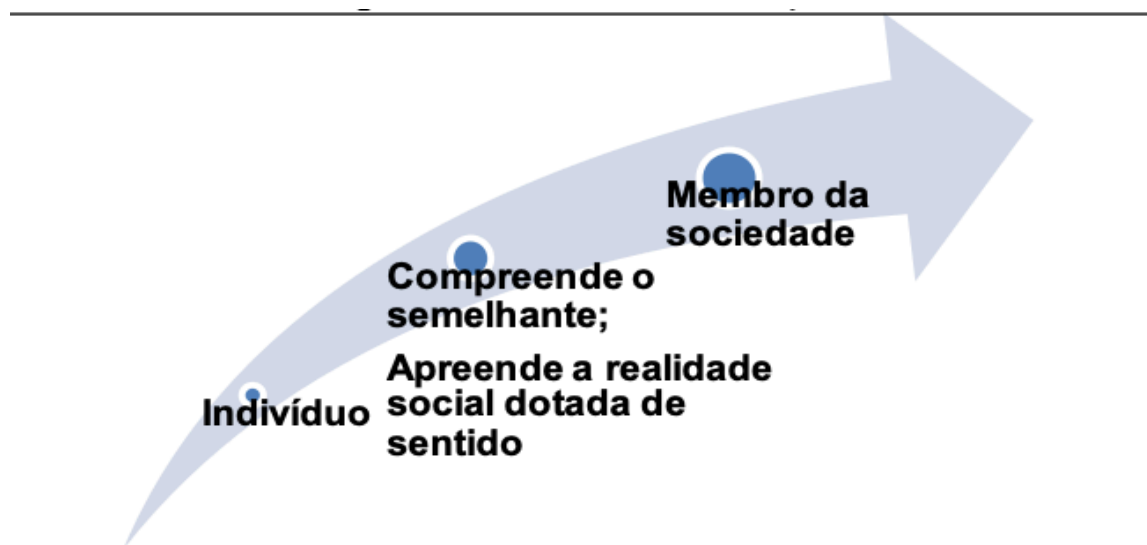
O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

Para o entendimento da perpetuação das desigualdades de gênero é importante a compreensão de como ocorre o processo de socialização e as transferências culturais. A sociedade tanto objetiva quanto subjetiva é um processo dialético de contínua objetivação, exteriorização e interiorização

sendo estes momentos não representativos em escala temporal. O indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade. Para que o indivíduo seja então membro da sociedade ele internaliza o que a sociedade lhe apresenta de forma objetiva e posteriormente exterioriza o que subjetivamente entendeu, gerando dessa forma o processo de socialização (Berger; Luckmann,1976).

O processo de interiorização por sua vez depende das etapas de compreensão de nossos semelhantes e apreensão da realidade social dotada de sentido. A interiorização permite a compreensão dos processos subjetivos momentâneos dos outros, mas também permite a compreensão do mundo em que vivemos e nesse momento esse mundo torna o meu próprio mundo.

Figura 01: Processo de Socialização



Fonte: dos autores.

De uma forma geral o processo de socialização representa a introdução do indivíduo no mundo objetivo da sociedade. Essa socialização é feita de duas formas: a socialização primária e a socialização secundária. Quando o indivíduo nasce ele entra na sociedade a partir da socialização

primária que permite os primeiros processos de interiorização do meio externo com a própria família. Após a interiorização dessa sociedade familiar e o entendimento da identificação do próprio indivíduo nessa sociedade, o indivíduo poderá apreender sobre outros setores da sociedade, setores estes mais institucionalizados representando outros mundos com doses menos afetivas e mais objetivas sendo estabelecido nesse momento o processo de socialização secundária (Berger; Luckmann,1976).

O processo de formação da personalidade é uma contínua identificação pelos outros e uma auto-identificação entre a identidade objetivamente atribuída e uma identidade subjetividade apropriada (Berger; Luckmann,1976).

A generalização das afirmações de outros permitem entender a própria sociedade. A interiorização do outro generalizado implica na interiorização da própria sociedade e a identificação individual. Quando finalmente este outro generalizado cristaliza-se na consciência, temos a conclusão desse processo de socialização primária, porém sempre existirá um processo simétrico e ou assimétrico da realidade objetiva com a realidade subjetiva sendo, portanto, um processo dinâmico e continuamente questionável.

A socialização consiste em fazer com que o indivíduo seja capaz de interagir na sociedade, de interiorizar, subjetivar, objetivar e, dessa forma ser um ser social capaz de modificar o meio em que vive no intuito de suprimir as suas necessidades. A socialização primária é desenvolvida na infância. O indivíduo se torna um membro da sociedade. A primeira coisa que acontece é a formação da identidade.

No início a pessoa forma a sua personalidade em função daquilo que ela não é nos outros (“ainda não sei o que sou, mas sei o que não sou”). Berger; Luckman (1976).

A criança não tem escolha de selecionar outros significativos identifica-se automaticamente com aqueles que são percebidos, pois não reconhece outros mundos apenas o mundo que lhe é apresentado. Dessa afirmação algumas características específicas do processo de socialização primária: os conteúdos da socialização primária dependem das características de cada sociedade e de sua linguagem; o mundo infantil é real e doméstico; a sequência de aprendizagem é socialmente

definida por fatos biológicos; existem exigências expectativas quanto ao acervo do conhecimento a ser transmitido. A socialização primária termina quando o outro generalizado foi estabelecido na consciência do indivíduo. Berger; Luckmann,1976).

A figura abaixo sugere as etapas do processo de socialização primária que se inicia com a interiorização da sociedade da realidade e gerando uma identidade, esse processo vai gerando a cristalização do outro generalizado que finalmente permite o indivíduo ter início a outro processo de socialização, a socialização secundária.

Figura 03: Etapas do processo



Fonte: sugerida pelos alunos

Dessa forma a socialização primária tem um papel significativo no processo de perpetuação das desigualdades de gênero pois, são valores não questionados passados pela família, são realidades objetivas que são interiorizadas a partir de crenças de uma sociedade patriarcal onde o gênero tem seus papeis.

A socialização primária apresenta algumas características a saber: aquisição do conhecimento

com raízes na divisão do trabalho; aquisição de vocabulários específicos; aparelho legitimador; identificação subjetiva com a função a ser desempenhada e suas normas adequadas; contínua comparação entre as interiorizações novas e antigas; sequência de aprendizagem mais importante que as limitas biológicas; a carga emocional e afetiva associada é bem menos intensa; alto grau de anonimato e formalidade reduzindo os graus de subjetividade, Berger; Luckmann (1976).

A realidade subjetiva tal como ela é aprendida na consciência individual está em contínua comparação com a realidade objetiva tal como ela é institucionalmente definida. Essas definições competem umas com as outras gerando um processo de conservação e ou transformações na realidade subjetiva. Em virtude de a conservação dos conhecimentos da socialização primária ser muito alta é nela que identificamos a perpetuação dos modelos patriarcais, e das diferenças de gêneros identificados mais fortemente em nossos antepassados que continuam se perpetuando atualmente, Berger; Luckmann (1976).

Já a socialização secundária é um processo que introduz o indivíduo já socializado em novos setores da sociedade. É dentro das instituições que se dá a socialização secundária. A mulher agora começa a interiorizar conceitos inerentes a seu papel, como ela tem que viver, ou trabalhar, ou se divertir. A socialização secundária é caracterizada pela interiorização de submundos institucionais, dependendo da divisão como característica de preexistência, Berger; Luckmann, (1976).

É na socialização secundária que a formação dos papéis na sociedade uma vez que seu eu total e sua realidade interiorizada na socialização primária se distância do seu eu parcial funcionalmente específico. Nesse momento e interiorizado e ratificado papéis patriarcais e crenças limitadoras e são divergentes em sociedade distintas em virtude da socialização primária, Berger; Luckmann (1976)..

O veículo mais importante para a conservação da realidade é a conversa, é a intersubjetividade. E, de forma implícita, é responsável pela conservação de boa parte da realidade subjetiva. Porém ao mesmo tempo em que a conversa mantém a realidade, também a modifica. Abandona alguns pontos, acrescenta outros. Enfraquece alguns setores, reforça outros.

E aqui destacamos que se não ocorre a linguagem, o simples fato de não falar, não conversar

sobre determinado assunto, torna-o constante, por falta de crítica a respeito. Assim, o diálogo também é um agente de transformação.

Nesse aspecto a ausência da mulher em espaços de fala, na política, na gestão também alimenta os mecanismos da perpetuação das diferenças de gênero. Destaca-se aqui a importância das estatísticas do IBGE que apresenta a fala de representatividade feminina em diversos ambientes.

A manutenção da realidade depende dos processos sociais que lhe deram origem. Assim existe uma relação socialmente definida entre a realidade subjetiva e a realidade objetiva que continuamente podem gerar na identificação um processo de confirmação e desconfirmação.

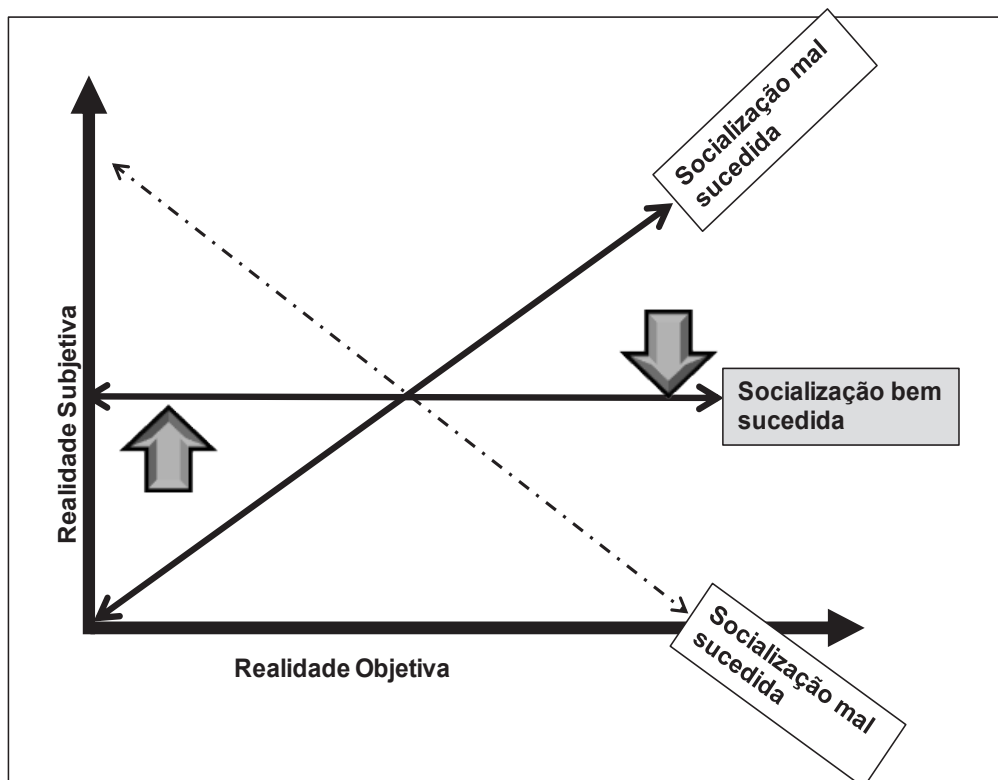
Quando a conservação é possível ocorre o processo de transformação que representa uma mudança de mundo. Normalmente o processo de transformação total nunca ocorre sendo o termo alteração adequado para indicar uma situação intermediária entre a conservação e a transformação.

Podemos identificar a sociedade brasileira nesse processo de alteração, onde efetivamente ainda não ocorreu uma transformação, as diferenças de gêneros estão numa consciência coletiva, mas um longo caminho de quebra da herança de uma sociedade escravocrata, patriarcal precisa ser quebrada. A socialização primária das novas gerações de mulheres precisa ser rompida de laços fortemente impregnados com essas diferenças.

A ressocialização é um processo de reconstrução da realidade com o rompimento da biografia subjetiva e reinterpretação do passado. A realidade básica para ressocialização é o presente já para socialização secundária continua sendo o passado, Berger; Luckmann (1976).

A sociedade é interiorizada pela mulher e influencia seus interesses, sua capacidade de vocabulário, sua preferência política. A socialização pode ser bem-sucedida ou mal-sucedida dependendo do equilíbrio entre as realidades objetivas e subjetivas conforme, figura abaixo.

Figura 05: Socialização e as realidades objetivas e subjetivas.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Existe uma relação de gangorra entre a realidade subjetiva e objetiva, quando uma aumenta a outra cai e a movimentação da mesma proporciona o grau de sucesso e insucesso da socialização. A situação ideal seria o equilíbrio entre as duas, porém este equilíbrio não existe. É a tendência de se aproximar mais ou menos a realidade subjetiva da objetiva que definirá o quanto a socialização obteve sucesso ou não.

Em sociedades mais simples existe uma possibilidade maior de equilíbrio enquanto em sociedades mais complexas este equilíbrio se torna menos comum. Em sociedades mais complexas existe uma forte existência do pluralismo da realidade que acaba gerando também um pluralismo da identidade do indivíduo aumentando mais os desequilíbrios entre as realidades subjetivas e objetivas.

A identidade começa a nascer devido à localização que a pessoa tem em determinado grupo

(sou um pai, sou um filho) e em determinado estado social (sou menino, sou menina). Os processos de formação da identidade e do acervo social do conhecimento são processos que acontecem simultaneamente na sociedade. É disso que a sociedade vive. Estar em sociedade significa participar da dialética desse processo. Ser um ser social é fazer parte desse processo de interiorizar, subjetivar e exteriorizar, objetivar.

As estruturas sociais definem tipos de identidade. Por razões diversas, certos sujeitos se afastam deste tipo padrão definido, normalmente este afastamento é decorrente de um processo inadequado de socialização primária. Assim passa a existir um conflito entre a identidade individual e o modelo desenhado pela sociedade. Assim, a identidade individual é o elemento chave da realidade subjetiva, formada por processos sociais.

O organismo influencia as atividades humanas, influenciando assim a construção da realidade, ao mesmo tempo que é influenciado por ela. Um exemplo de influência da realidade sobre os organismos é a questão de diferentes expectativas de vida em sociedades ou culturas diferentes.

CONTEXTO ATUAL BRASILEIRO

Para transformar e mudar, as antigas internalizações, precisamos do desenvolvimento de políticas públicas, que comecem a estudar, estruturas e pesquisa essas disparidades de gênero, e nessa direção o Ministério das Mulheres foi incumbido de um desafio em 2024: coordenar o Grupo de Trabalho (GT) Empoderamento de Mulheres durante a presidência do Brasil frente ao Grupo dos 20 (G20). Este GT foi criado durante a presidência da Índia, em 2023, e reúne-se agora pela primeira vez com o propósito de impulsionar o empoderamento das mulheres em suas diferentes dimensões.

A institucionalização de um grupo de trabalho sobre essa temática representa uma grande conquista das mulheres e um salto no compromisso assumido pelos países membros e convidados para a Cúpula com a efetivação dos direitos de mulheres e meninas. Ficou decidido que o GT de Empoderamento de Mulheres vai tratar dos temas a seguir em 2024 (Ministério das Mulheres, 2024).

Igualdade e Autonomia: Trabalho e Políticas de Cuidado

A divisão sexual do trabalho figura como base que perpetua a desigualdade entre mulheres e homens. Mas, além disso, o trabalho invisível e pouco valorizado da economia do cuidado, apesar de essencial para a construção das sociedades, sobrecarrega mulheres em todo o mundo.

Por essa razão, o GT desenvolverá um diagnóstico de dados e informações sobre igualdade de gênero no mundo do trabalho, na governança global sobre trabalho e na implementação de compromissos internacionais; proposta de metas e iniciativas.

Outra entrega do GT sobre o tema foi a realização do Seminário Internacional sobre Trabalho de Cuidado, que ocorreu nos dias 9 e 10 de julho de 2024, em Brasília (Ministério das Mulheres, 2024).

Enfrentamento a todas as formas de violência contra mulheres e à misoginia on-line

Apesar das conquistas de mulheres nas últimas décadas, a violência contra mulheres continua com proporções alarmantes. Ademais, há um recorte entre mulheres brancas, negras e indígenas, quanto a diferentes níveis de exposição à violência, por disporem de mecanismos de poder desiguais para enfrentá-los. Um dos tipos de violência que figura uma preocupação global é a manifestação da misoginia e da violência facilitadas pelas tecnologias.

Para enfrentar o problema, a presidência brasileira do G20 propôs a sistematização de ações e políticas desenvolvidas nos países membros da Cúpula para superação e prevenção deste fenômeno. O material será desenvolvido em duas etapas, uma com a pesquisa sobre o “estado da arte da misoginia e da violência” contra a mulher facilitada pela tecnologia”, contendo revisão de literatura e sistematização da regulamentação existente; e outra com o mapeamento destes mecanismos de prevenção, respostas práticas e sugestões de ações e políticas para combater esta forma de violência

(Ministério das Mulheres, 2024).

Justiça Climática com perspectiva de gênero

As mulheres são as protagonistas das ações territoriais que visam frear o agravamento da crise climática e suas consequências sobre seus povos e territórios. Apesar disso, elas são sub-representadas nos espaços de poder e decisão globais sobre essas questões. Por essa razão, a proposta do GT é realizar pesquisa sobre o impacto das emergências climáticas na vida de mulheres e meninas em toda a sua diversidade e nas ações e políticas públicas realizadas pelos países membros do G20 em seus territórios.

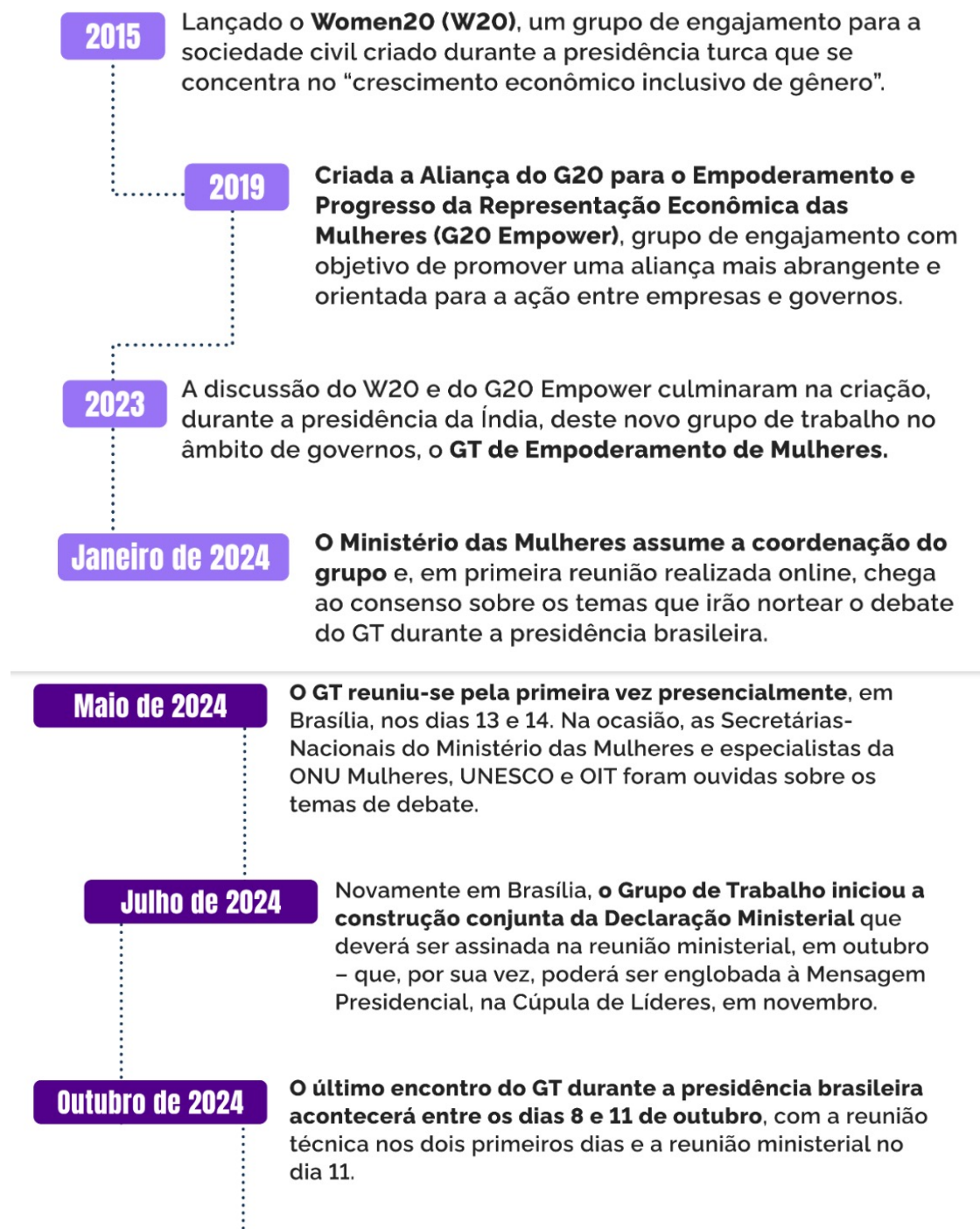
Este relatório deverá conter a sistematização de metodologias de coleta e análise de dados sobre injustiças ambientais com perspectiva de gênero; um mapeamento de boas práticas de soluções desenvolvidas por mulheres para promover a justiça climática; experiências de mulheres na tomada de decisões e liderança em espaços de mitigação da emergência climática, entre outros. O Brasil assumiu a presidência do G20 em novembro de 2023.

Os assuntos prioritários estabelecidos pelo Governo Brasileiro são: combate à fome, pobreza e desigualdade, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e a reforma da governança global. Ao longo do ano, serão realizadas mais de 100 reuniões de grupos de trabalho e forças-tarefas que compõe o G20, culminando na Cúpula de Líderes, dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro, com a presença das lideranças dos 19 países-membros, mais a União Africana e a União Europeia. O G20 conta com presidências rotativas anuais. Portanto, o Brasil exerce a presidência até 30 de novembro de 2024, quando o bastão será passado para a África do Sul (Ministério das Mulheres, 2024).

Longe de ser o início de uma busca de ruptura com uma sociedade patriarcal, essas ações permitem um lugar de fala de discussões, aumentando assim a possibilidade de ruptura das socializações primárias, criando um desalinhamento entre a realidade objetiva e subjetiva contribuindo com as

mudanças para as próximas gerações não apenas na sociedade brasileira, mas em diversos outros países que buscam a mitigação das desigualdades de gênero.

Figura 02 – Ações mundiais de minimização das desigualdades de gênero



⋮
Novembro de 2024

Novembro de 2024 Cúpula de Líderes do G20 está agendada para os dias 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro.

Fonte: Ministério das Mulheres (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem(a mulher) é, na sua essência, um animal que busca a sobrevivência, tendo as atividades de reprodução e alimentação como fundamentais. As sociedades, as realidades construídas definem padrões para estes comportamentos, mas mesmo com estes padrões já estabelecidos, permanece, mesmo no indivíduo já socializado, a dialética interna contínua entre a identidade construída e o componente biológico. É uma dialética entendida como uma luta entre um “eu superior” e um “eu inferior”, associados respectivamente à identidade social e à animalidade pré-social, possivelmente antissocial e essa dialética permite as mudanças de padrões perpetuados em nossa sociedade.

Um longo caminho ainda precisa ser percorrido, é notório compreender que as desigualdades de gênero são perpetuadas a partir de uma socialização primária com características patriarcais, cristalizadas numa realidade objetiva, que consolida uma realidade subjetiva na construção da identidade da mulher.

Essas cadeias precisam ser modificadas. As discussões precisam criar lugares de fala novas realidades objetivas que entrem em conflito com a realidade subjetivas, internalizadas e cristalizadas em nossa sociedade. A mulher deve buscar seu lugar de fala, seu papel na sociedade ocupando espaços vazios, na gestão organizacional, nas ciências, na vida, na religião, na política. Compreendendo seu papel na multiculturalidade, regional, nacional e mundial. Aprendendo a aprender, aprendendo a conhecer, aprendendo a conviver, mas sobretudo aprendendo a SER.

Porém não definimos que esse artigo responda a toda problemática de gênero no contexto de gênero, esperamos apenas que ele possa contribuir como ponto de partida, para novos estudos e

pesquisas, que possibilite novos entendimentos, dos percalços que a igualdade de gênero pontua no presente momento e contexto.

Pensamos assim, que daqui para frente surjam entendimentos tanto no plano consciente, como possam emanar do inconsciente as eternas reflexões, que ao longo da história vem perpetuando, uma vez que em pleno século XXI, não podemos mais perceber e não caminhar para as mudanças, mesmo sabendo do longo processo de internalizações, que não só atingem as mulheres, mas também aos homens que estão também inseridos nesse processo, bem como carregam em si, as internalizações de serem melhor.

REFERENCIAS

ÁVILA, B.; CORRÊA, S. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos. In: GALVÃO, L.; DÍAZ, J. (Orgs.). Saúde sexual e reprodutiva no Brasil. São Paulo: Hucitec; Population Council, 1999. p. 70-103.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. [The social construction of reality. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 1976.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. [The social construction of reality. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 1976.

BOURDIEU, Pierre (1999). A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 9. ed. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1984.

GABRIEL, A. Uma mulher qualquer. Disponível em: <[http://www.geocities.yahoo.com.br/ uma.mulher.qualquer/fem4.html](http://www.geocities.yahoo.com.br/uma.mulher.qualquer/fem4.html)>. Acesso em: 04 jun. 2004.

IBGE, Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 3ª edição, 2024.

INEP/MEC, Sinopse Estatística da Educação Básica – Censo 2005.

MELUCCI, A. Sistema Político, Partiti e Movimenti Sociali. Milão, Feltrinelli Foundation, 1977.

PITANGUY, J. O movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos. In: GIFFIN, K.; COSTA, S. (Orgs.). Questões da saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 19-38.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. Cadernos Pagu, nº 16, 2001, p. 151-198.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SCHUMAHER, S.; BRASIL, E. (Orgs). Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade - biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

